

# UMHA APROXIMAÇOM AO

## PROGRAMA PRODER NA GALIZA

M<sup>o</sup> do Mar Pérez Fra

Rosa Verdugo Mates

Esta comunicaçom pretende ser umha primeira aproximaçom à análise dos programas PRODER que están a ser desenvolvidos na Galiza. Trás umha breve descriçom do programa realiza-se umha reflexom sobre as zonas que resultaram beneficiadas com esta medida, insistindo no facto de que apresentam realidades moi diversas, tanto desde o ponto de vista dos problemas a enfrentar como desde o ponto de vista das possíveis vias de saída aos mesmos. Finalmente, confrontam-se estas realidades cos investimentos projectados em cada umha das áreas num intento de afondar nas diferenças e nas semelhanzas existentes entre os programas.

### 1-INTRODUÇOM

O Progama PRODER<sup>1</sup> resulta da aplicaçom do marco comunitário de apoio pluriregional para as regions objectivo 1 do Estado Espanhol. Como o LEADER<sup>2</sup> é umha iniciativa que tem como finalidade específica o desenvolvimento das áreas rurais, de facto, os objectivos genéricos do programa som<sup>3</sup>: “impulsar o desenvolvimento endógeno e sustentável das zonas de aplicaçom, através da diversificaçom da economia rural, perseguindo o mantenimiento da povoaçom, freando a regressom demográfica e elevando as rendas e o bem-estar social dos seus habitantes a níveis mais próximos ou equiparáveis aos doutras zonas mais desenvolvidas, asegurando a conservaçom do espaço e dos recursos naturais”.

O programa começou a funcionar no Estado Espanhol no ano 1996, beneficiando-se do mesmo um total de 10 Comunidades Autónomas, entre elas Galiza onde están funcionando a dia de hoje treze grupos de desenvolvimento espalhados por toda a geografia galega.

A definiçom deste programa permite-nos enquadrá-lo dentro da necessidade explicitada pola Uniom Europea (U.E.) de desenhar umha política rural capaz de conservar o espaço rural em benefício de toda a sociedade europeia. O enfoque aplicado deverá caracterizar-se por ser integrado, multisectorial e adaptado às características de cada território. O denominado enfoque “abaixo-enriba” terá que presidir todas as fases do mesmo, quer dizer, o protagonismo no desenho e na execuçom do programa deverá recair na comunidade local e, portanto, a sua originalidade vai residir no facto de que as medidas desenvolvidas vam ser “únicas”, no sentido de nom ser programas desenhados a nível europeio senom que ofertam às comunidades locais umha importante margem de manobra.

Nom se trata de aplicar sem umha análise prévia medidas concretas ou modelos de desenvolvimento exitosos aplicados noutros territórios: o éxito ou o fracasso das medidas adoptadas dependerá da boa adaptaçom das mesmas às características do território em questão. Na filosofia deste programa está o pretender que os cidadáns sejam verdadeiros sujeitos das actuaçons, que participem activamente em todas

---

<sup>1</sup> DC(96)1454 de 18 de Junho.

<sup>2</sup> O PRODER apresenta grandes similitudes co LEADER até o ponto que as zonas com LEADER II ficam excluídas da convocatória.

<sup>3</sup> *Programa de desarrollo y diversificación económica de zonas rurales (PRODER) en Galicia*. Documento elaborado pola Dirección Xeral de Desenvolvemento Rural, Consellería de Agricultura, Gandería e Política Agroalimentaria.

as fases do mesmo e, ao mesmo tempo, que os procedimentos administrativos estejam próximos a eles, de jeito que a transparência e a proximidade seja percebida por todos os participantes.

Para alcançar estes objectivos o programa PRODER estabelece as seguintes linhas de actuação:

MEDIDA 1-Valorização do meio rural. Renovação e desenvolvimento de núcleos de povoação com predomínio da actividade agrária.

MEDIDA 2-Valorização do património local. Renovação e desenvolvimento de núcleos de povoação sem predomínio da actividade agrária.

MEDIDA 3- Fomento dos investimentos turísticos no meio rural: agroturismo.

MEDIDA 4: Fomento dos investimentos turísticos no meio rural: turismo local.

MEDIDA 5- Fomento de pequenas e medianas empresas, actividades de artesanato e serviços.

MEDIDA 6- Serviços a empresas.

MEDIDA 7- Revalorização do potencial produtivo agrário e florestal.

MEDIDA 8- Melhora da extensom agrária e florestal.

Umha vez citadas as distintas linhas de actuação que admite o programa temos que apontar que em Galiza o governo autonómico estabeleceu que as medidas 1, 7 e 8 nom eram de aplicação<sup>4</sup>. Questom esta que, ao nosso modo de ver, reviste grande importância e sobre a que voltaremos em fases posteriores do trabalho.

Para finalizar esta breve introdução ao programa, apontar que no que se refere aos recursos mobilizados estes procedem em grande parte da U.E., mas exige-se um cofinanciamento dos distintos níveis da Administração do Estado, assim como a participação da iniciativa privada. Outro elemento resenhável é o carácter plurifundo deste programa, dado que está financiado polo FEDER e o FEOGA-Orientação<sup>5</sup>.

## **2-APLICAÇÃO EM GALIZA**

Em Galiza o PRODER vêm funcionando desde o verao de 1996, rematando a sua vigência no fim do presente ano. No Quadro 1 podemos ver que concelhos abarcam as treze zonas que estão aplicando um plano PRODER em Galiza. Da simples observação deste quadro já podemos salientar um primeiro elemento: a grande variabilidade de situações que apresentam estas zonas, diferenças que vam mais aló da sua ubicação geográfica –áreas costeiras, áreas interiores, de montanha,...- e que se manifestam em questões relacionadas coa sua problemática económica e social.

---

<sup>4</sup> Ver DOGA 10 de Julho de 1996, resolução de 4 de Julho de 1996 da *Dirección Xeral de Estructuras e Desenvolvemento Rural*.

<sup>5</sup> Fundos procedentes do FEDER (medidas 2, 4, e 5) e do FEOGA-Orientação (medidas 1, 3, 6, 7 e 8).

**Quadro 1: PRODER em Galiza**

	<b>CONCELHOS</b>	<b>Km<sup>2</sup></b>	<b>Habitantes<sup>6</sup></b>
<b>DROUCOPE</b>	<i>Coles, Ourense* e A Peroxa</i>	177,1	13.306
<b>Mancomunidade do Condado</b>	<i>Mondariz, Pontearreas, Salceda de Caselas e Salvaterra do Minho</i>	309,1	38.559
<b>Fundação D.C. de Bergantinhos</b>	<i>Carvalho, Coristanco, Laracha, Malpica de Bergantinhos e Ponteceso</i>	606,3	61.600
<b>EURO-EUME</b>	<i>Cabanas, A Capela, Monfero, Pontedeume, As Pontes de Garcia Rodríguez, San Sadurninho, Somozas e Vilarmaior.</i>	739,6	35.742
<b>Associação Terra de Montes</b>	<i>Beariz, Cerdedo e Forcarei</i>	304,2	9.807
<b>INLUDES</b>	<i>O Corgo, Guntim, Lugo*, Outeiro de Rei, O Páramo e Rábade</i>	329,8	30.515
<b>Grupo ADILOM</b>	<i>Lóbios e Muinhos</i>	278,1	5.004
<b>Mancomunidade de Vigo</b>	<i>Baiona, Fornelos, Gondomar, Nigrám, Paços de Borbém, O Porrinho, Redondela, Soutomaior e Vigo*</i>	524,3	173.225
<b>Associação D. R. Vilar de Barrio e Xunqueira de Ambia</b>	<i>Vilar de Barrio e Xunqueira de Ambia</i>	166,9	4.415
<b>Fundação Baixo Minho</b>	<i>A Guarda, Oia, O Rosal, Tominho e Tui</i>	322,8	45.424
<b>Fundação Comarca da Ulhoa</b>	<i>Antas de Ulha, Monterroso e Palas de Rei.</i>	417,9	11.990
<b>Fundação Comarca de Ortegá</b>	<i>Cerdido, Manhom, Ortigueira e Carinho</i>	391,7	18.049
<b>A. G. L. D.R. do Parque Natural Complexo Dunar de Corrubedo e Lagoas de Carregal e Vixám</b>	<i>Ribeira</i>	69	26.572

\*Excepto a zona urbana

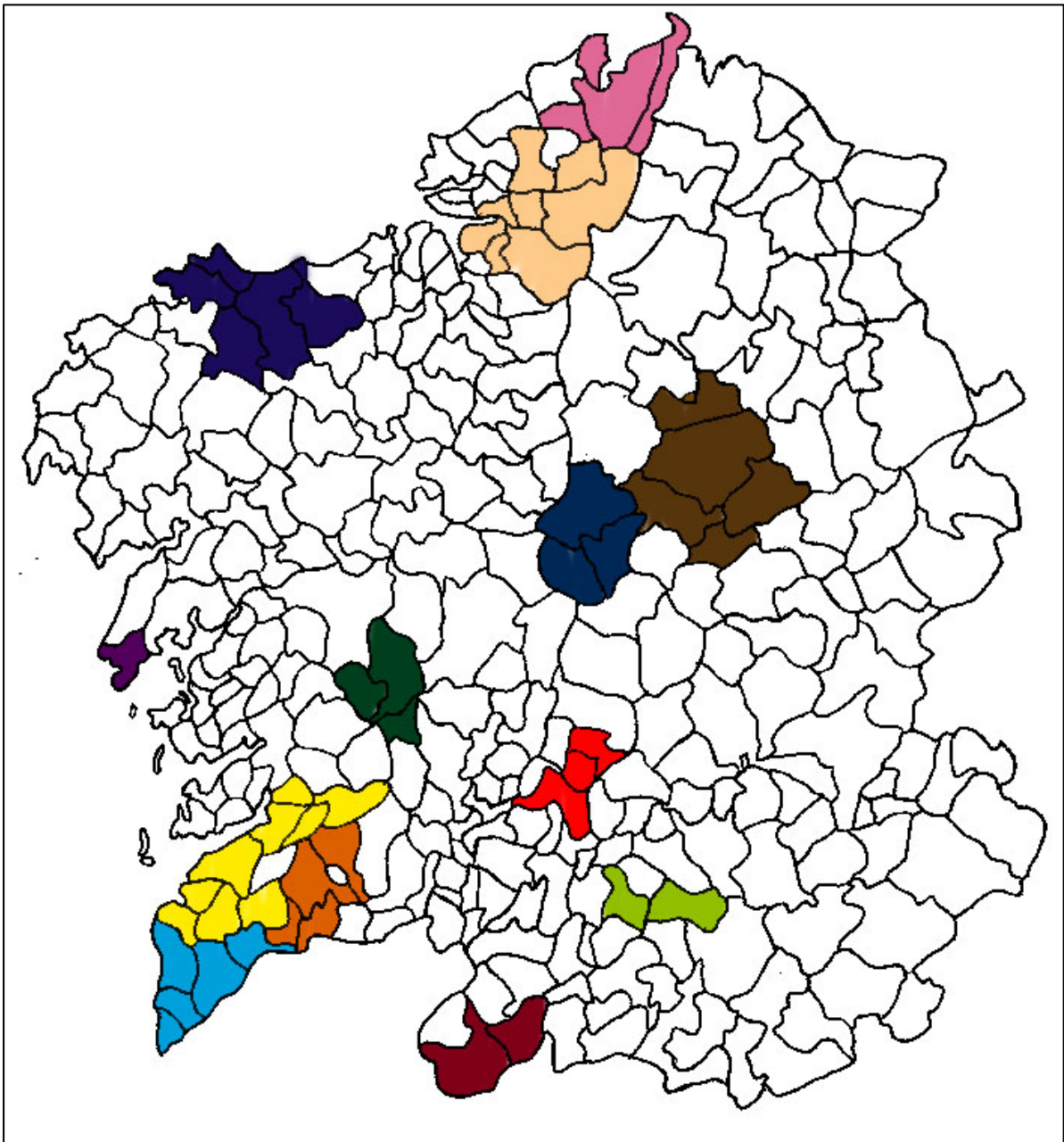
Fonte: Elaboração própria a partir de dados facilitados pola Consellería de Agricultura, Ganaderia e Montes e do Padrón de Poboación 1996.

Sem pretender realizar unha análise exhaustiva das características sócio-económicas das trece áreas (objectivo que supera com moito as possibilidades desta comunicação) imos analisar algunhas variáveis demográficas e económicas básicas, feito que nos vai permitir obter unha visom aproximada da problemática que deverá afrontar cada zona.

Comecemos situando geograficamente estas zonas. No Mapa I pode-se observar a situação geográfica de cada um dos programas. O leque de situações é amplo, abrangindo desde zonas situadas em áreas do interior, algunha coas características típicas dumha zona ailhada de media montanha (Grupo ADILOM, Associação Terra de Montes, Fundação Comarca da Ulhoa, Associação D.R. de Vilar de Bário e Xunqueira de Ambia), a zonas situadas em áreas costeiras (Fundação D.C. Bergantinhos, EURO-EUME, Fundação Baixo Minho) e outras que apresentam um carácter claramente periurbano, facto que obviamente lhes outorga umha elevada dependência do conglomerado urbano (INLUDES, Mancomunidade de Vigo e DROUCOPE).

<sup>6</sup> Para excluir os habitantes correspondentes às áreas urbanas de Lugo, Ourense e Vigo recurriu-se ao *Nomenclator de 1996* escolhendo exclusivamente a povoação nom residente em núcleo.

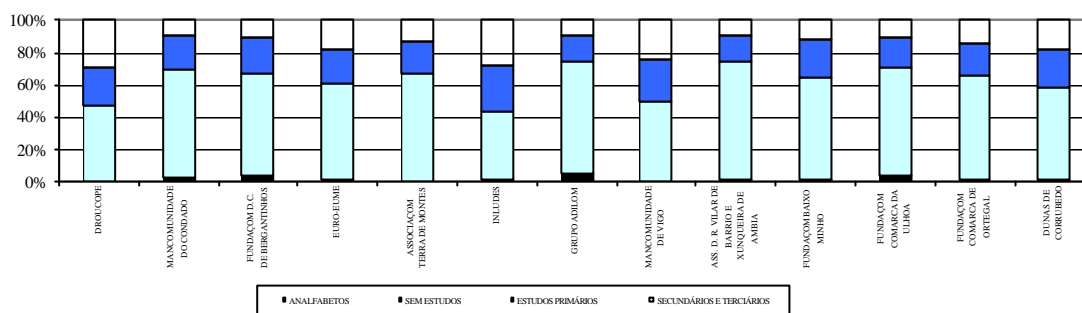
**MAPA I**



**PROGRAMA PRODER EM GALIZA**

Dada a importância que os níveis de formação alcançados pela população objectivo pode chegar a ter – sendo incluso nalguns casos determinantes dos resultados- a primeira variável que nos detivemos a estudar foi a formativa. Devido à impossibilidade de obter outro índice mais ajeitado para o nível de desagregação requerido, recorreremos às cifras do nível de estudos da população maior de 10 anos que proporciona o *Padron 1996*. No Gráfico 1 apresentamos os níveis de formação da população destes territórios.

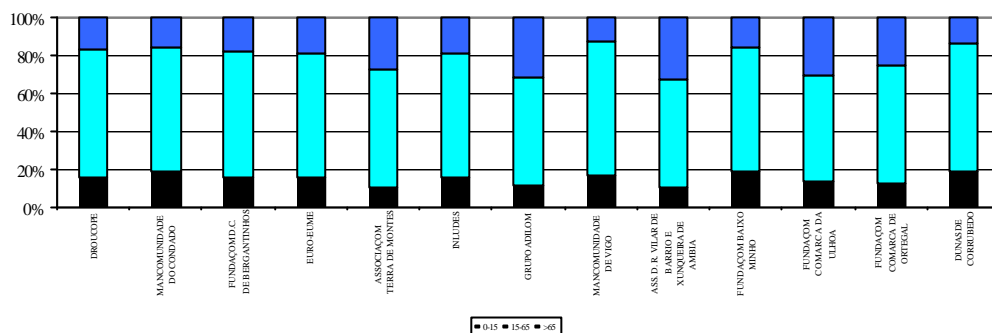
**Gráfico 1: Nível formativo da população**



No que di respeito às capacidades formativas existem importantes diferenças entre as zonas: topamo-nos com áreas que tenhem taxas de analfabetismo que superam a média galega -Grupo ADILOM, Associação Comarca da Ulhoa, ou Fundação D.C. de Bergantinhos- e, o que resulta ainda mais significativo, existen zonas nas que a percentagem de analfabetos e sem estudos supera ou está próxima ao 70% da população –haveria que engadir aqui a Associação D.R. Vilar de Bário e Xunqueira de Ambia, a Mancomunidade do Condado, a Associação Terra de Montes, a Fundação Baixo Minho, ou a Fundação Comarca de Ortegala-. Por último, encontramos áreas cum grao de formação que semelha mais aceptável: trata-se dos três PRODER que estão situados em zonas periurbanas; estas áreas tenhem mais do 50% da sua população incluída no grupo de estudos primários, secundários ou terciários, superando o grupo de estudos secundários ou terciários o 25%.

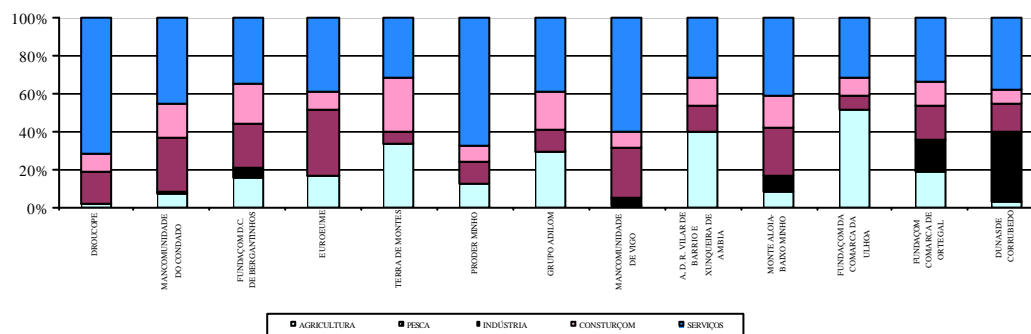
Os dados anteriores som, em parte, devedores da estrutura por idades. Assim, o nível de envelhecimento da população é considerável em todas as áreas, mas também topamos diferenças importantes entre elas. No Gráfico 2 pode-se observar como as zonas periurbanas ou costeiras (coa excepção feita da Fundação Comarca do Ortegala) apresentam umha situação menos preocupante, com níveis de envelhecimento por debaixo do 20% e umha população compreendida entre os 0 e os 15 anos próxima ao 20%. A situação nas áreas interiores afastadas de núcleos urbanos de importância é bem diferente; o caso mais extremo constituem-no os concelhos de Vilar de Bário e Xunqueira de Ambia, cumha percentagem de velhos próximo ao 40% da população total e nos que a população com idades compreendidas entre os 0 e os 15 anos nom chega nem ao 10%.

**Gráfico 2: Estrutura por idades da população**



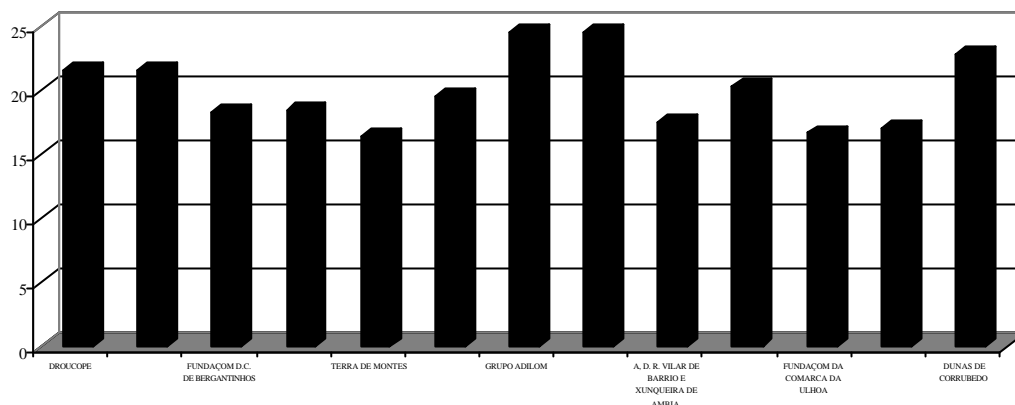
Detenhamo-nos agora sobre as características básicas da estrutura produtiva de cada unha das zonas obxectivo do estudo. Como se pode comprobar no Gráfico 3, as diferenzas entre elas son importantes. À margem da diferença óbvia na composición do sector primário determinada pola situación costeira ou nom da zona em questão, há áreas onde a presenza do sector primário é simplemente testimonial, como a zona periurbana de Ourense e Vigo (situación que nom apresenta a terceira área periurbana, a de Lugo, onde ainda segue a ter certa importancia o sector agrícola), a áreas onde o sector primário é o alicerce da economia.

**Gráfico 3: Ocupação por sectores**



Para rematar com esta parte da nossa análise imos fixar-nos na taxa de desemprego, que como podemos observar no Gráfico 4 tem umha variabilidade que oscila entre o 16% de Terra de Montes e o 24% no caso de Vigo ou do Grupo ADILOM, taxa realmente surpreendente se temos em conta o alto grau de ocupação agrícola que apresenta.

Gráfico 4: Taxa de paro



Ainda que de jeito superficial, e polo tanto simplificador da sua realidade, as variáveis estudadas até o momento permitem-nos acadar umha ideia dos rasgos básicos da problemática a afrontar nestas zonas, momento no que gostamos de voltar a reflexionar sobre algunha das características que definen este programa. Lembremos o enfoque abaixo-enriba e a vontade de adaptación do mesmo às características de cada territorio. Coa anterior análise pretendia-se mostrar como simplemente tomando quatro variáveis básicas bastava para decatar-nos da grande variedade de problemas que somos capaces de descubrir nas treze áreas que constituem o caso galego.

A conseqüência disto é clara: as vias de solución aos distintos problemas nom vam passar polas mesmas actuacións, quer dizer, ainda no caso de que os problemas que achemos sejam similares, as solucións nom vam ser trasladáveis na maior parte dos casos. Ponhamos un exemplo que nos ajudará a entender esta questão: tanto o grupo ADILOM como a Mancomunidade de Vigo tenhem as taxas de paro mais importantes de todos os grupos, embora a solución deste problema nom deverá discorrer por mesmos caminhos em cada territorio, já que nem o nível de formativo nem a composición dos seus sectores produtivos é similar. Incluso a variável geográfica vai determinar que certas actuacións sejam eficazes num caso e noutro nom.

Quando se pretende caracterizar os problemas do campo, e moito mais se estamos a tratar de territórios de pequena dimensom como Galiza, é comum a presunçom de homogeneidade do territorio. É certo que moitas das características das zonas rurais galegas som extensíveis à prática totalidade do nosso espaço: avelhantamento, falta de formaçom, dispersom, déficit histórico de infraestruturas, decadência económica, desartelamento e perda dos valores sociais tradicionais, pobre valoración de si próprios... Mas a questão nom é tam singela: o nosso mundo rural é moi diverso, polo que qualquer tentativa de revitalizar o meio rural que passe por ser homogenizadora, que busque a aplicación de solucións globais, válidas para todas as áreas está, ao nosso modo de ver, condenada ao fracasso.

### 3-APLICAÇÃO DO PLANO PRODER

Neste apartado realizaremos umha análise dos investimentos realizados polos grupos PRODER em Galiza, mas antes de entrar na descripçom dos dados queremos fazer duas precissons:

- Os dados disponíveis até ao momento tenhem um carácter provisional; nom há que esquecer que o programa nom se fechará até Dezembro do 1999, polo que as únicas cifras disponíveis fam referência ao investimento previsto.
- Os dados dos que se dispom, fundamentalmente volume de investimento por partida e origem dos fundos, nom som suficientes para realizar umha análise ajustada do realizado em cada grupo; para ter umha ideia exacta do atingido deveríamos saber que tipo de inciativas se acometérom dentro de cada medida. Desta forma teríamos elementos que nos permitiriam juzgar de jeito mais acertado questões tam relevantes como a coerência interna das medidas ejecutadas, a orientação geral do programa, ou o ajuste dos projectos acometidos à realidade da área.

Feitas estas precissons começaremos a análise ofertando o Quadro 2, no que podemos ver o investimento previsto por medidas em cada um dos PRODER.

**Quadro 2: Investimentos totais (em pesetas)**

<b>DROUCOPE</b>	<b>1.115.455.631</b>
Valorizaçom património	500.349.690
Agroturismo	179.073.610
Turismo local	263.069.387
Fomento de empresas e artesanato	103.570.625
Serviço a empresas rurais	69.392.319
<b>MANCOMUNIDADE. DO CONDADO</b>	<b>532.353.013</b>
Valorizaçom património	211.284.075
Agroturismo	53.856.725
Turismo local	123.249.044
Fomento de empresas e artesanato	74.570.851
Serviço a empresas rurais	69.392.318
<b>FUNDUNDAÇOM .D.C. DE BERGANTINHOS</b>	<b>512.757.451</b>
Valorizaçom património	315.890.407
Agroturismo	51.868.169
Turismo local	77.677.970
Fomento de empresas e artesanato	36.249.718
Serviço a empresas rurais	31.071.187
<b>EURO-EUME</b>	<b>1.465.648.778</b>
Valorizaçom património	724.994.357
Agroturismo	283.535.110
Turismo local	268.372.203
Fomento de empresas e artesanato	105.724.894
Serviço a empresas rurais	83.022.214
<b>ASSOCIAÇOM TERRA DE MONTES</b>	<b>407.032.557</b>
Valorizaçom património	0
Agroturismo	315.890.406
Turismo local	0
Fomento de empresas e artesanato	49.713.901
Serviço a empresas rurais	41.428.250

<b>INLUDES</b>	<b>970.922.744</b>
Valorizaçom património	434.426.904
Agroturismo	254.990.879
Turismo local	103.363.485
Fomento de empresas e artesanato	100.463.507
Serviço a empresas rurais	77.677.969
<b>GRUPO ADILOM</b>	<b>393.568.377</b>
Valorizaçom património	0
Agroturismo	140.856.050
Turismo local	132.570.400
Fomento de empresas e artesanato	66.285.201
Serviço a empresas rurais	53.856.726
<b>MANCOMUNIDADE DE VIGO</b>	<b>411.175.380</b>
Valorizaçom património	243.390.968
Agroturismo	31.071.187
Turismo local	46.606.782
Fomento de empresas e artesanato	48.678.193
Serviço a empresas rurais	41.428.250
<b>ASSOCIAÇOM VILAR DE BÁRRIO E X.DE AMBIA</b>	<b>385.282.725</b>
Valorizaçom património	0
Agroturismo	284.819.219
Turismo local	0
Fomento de empresas e artesanato	56.963.844
Serviço a empresas rurais	43.499.662
<b>FUNDAÇOM BAIXO MINHO</b>	<b>412.211.087</b>
Valorizaçom património	225.783.961
Agroturismo	51.785.313
Turismo local	51.785.313
Fomento de empresas e artesanato	51.785.313
Serviço a empresas rurais	31.071.187
<b>FUNDAÇOM COMARCA DA ULHOA</b>	<b>320.033.233</b>
Valorizaçom património	0
Agroturismo	230.962.494
Turismo local	0
Fomento de empresas e artesanato	49.713.901
Serviço a empresas rurais	39.356.838
<b>FUNDAÇOM COMARCA DE ORTEGAL</b>	<b>543.704.354</b>
Valorizaçom património	207.141.251
Agroturismo	108.707.727
Turismo local	103.570.625
Fomento de empresas e artesanato	70.428.025
Serviço a empresas rurais	53.856.726
<b>DUNAS DE CORRUBEDO</b>	<b>430.651.135</b>
Valorizaçom património	150.423.490
Agroturismo	0
Turismo local	148.518.288
Fomento de empresas e artesanato	93.257.974
Serviço a empresas rurais	38.451.383
<b>GALIZA</b>	<b>7.900.796.465</b>
<b>Valorizaçom património</b>	<b>3.013.685.103</b>
<b>Agroturismo</b>	<b>1.987.416.889</b>
<b>Turismo local</b>	<b>1.318.783.497</b>
<b>Fomento de empresas e artesanato</b>	<b>907.405.947</b>
<b>Serviço a empresas rurais</b>	<b>673.505.029</b>

Fonte: Elaboraçom Própria a partir de dados proporcionados pola *Dirección Xeral de Desenvolvemento Rural, Consellería de Agricultura, Gandería e Política Agroalimentaria.*

Como se pode comprovar no quadro anterior, o total de fundos mobilizados é de 7.900 milhões de pesetas dos que perto do 30% procedem da iniciativa privada (ver Gráfico 5). Isto já nos permite realizar um primeiro aponte sobre o plano: a insuficiência dos fundos postos a disposição dum objectivo moi ambicioso, máxime dada a maginitude dos problemas que devem afrontar estas áreas rurais. Existe, portanto, umha clara incoerência entre os objectivos expostos e os meios postos a serviço destes objectivos.

Curiosamente, se ordenamos as diferentes áreas em função do seu volume de investimento, som as zonas de montanha (Associação Terra de Montes, Grupo ADILOM, Associação Vilar de Bário e Xunqueira de Ambia e Fundação Comarca da Ulhoa) as que ocupam as últimas posições. Sem embargo, entre os três primeiros postos topamos duas das três áreas periurbanas, supostamente as menos rurais e mais desenvolvidas.

Em todo o caso, e posto que os diferentes territórios associados a cada PRODER som mui dispares entre si, vamos realizar comparações entre os diferentes PRODER, relativizando o seu peso em função da povoação e dos Km<sup>2</sup> de cada área, tal e como fazemos no Quadro 3.

**Quadro 3: Investimentos totais (em pesetas)**

	Investimento/Km <sup>2</sup>	Investimento/habitantes
DROUCOPE	6.298.450,8	83.831,0
MANCOMUNIDADE DO CONDADO	1.722.267,9	13.806,2
FUNDAÇÃO D.C. DE BERGANTINHOS	845.855,2	8.324,0
EURO-EUME	1.981.677,6	41.006,3
ASSOCIAÇÃO TERRA DE MONTES	1.338.042,6	41.504,3
INLUDES	339.947,0	31.817,9
GRUPO ADILOM	1.415.204,5	78.650,8
MANCOMUNIDADE DE VIGO	784.236,8	2.373,6
ASS. D.R. VILAR DE B. E XUNQUEIRA DE A.	2.308.464,5	87.266,8
FUNDAÇÃO BAIXO MINHO	1.276.986,0	9.074,7
FUNDAÇÃO COMARCA DA ULHOA	765.813,0	26.727,3
FUNDAÇÃO COMARCA DE ORTEGAL	1.469.074,2	30.123,8
DUNAS DE CORRUBEDO	6.241.320,8	16.207,0
<b>TOTAL</b>	<b>1.106.337,2</b>	<b>16.661,6</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos quadros 1 e 2.

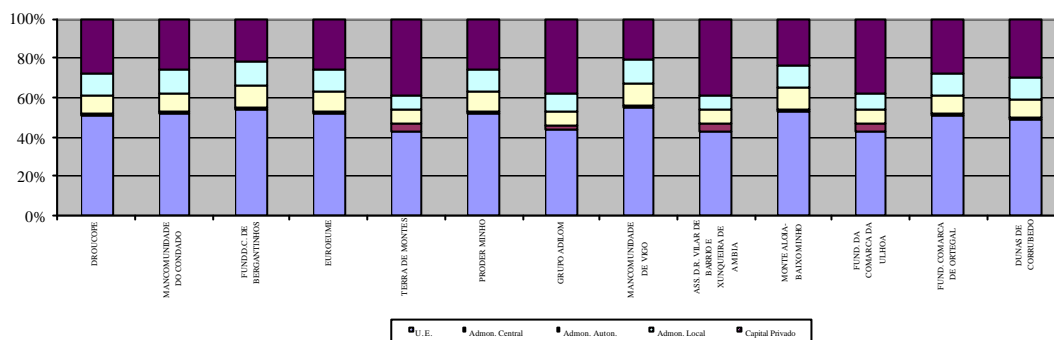
Pois bem, se analisamos o valor da ratio Investimento/Km<sup>2</sup>, as mencionadas zonas de montanha seguem a ter umha situação pouco favorável, ocupando novamente as últimas posições. É certo que a ratio Investimento/habitantes melhora consideravelmente a posição destas zonas de montanha, o qual é lógico se temos em conta o pouco peso povoacional destes territórios (ver quadro 1). Sem embargo, as áreas um maior nível de "desenvolvimento" económico -óbviamente em termos relativos- como a zona periurbana de Ourense ocupa a primeira posição no que di respeito à ratio Investimento/Km<sup>2</sup> e a segunda em relação à ratio Investimento/habitantes.

Portanto, nom nos parece precipitado concluir que o espírito do programa (o desenvolvimento endógeno das zonas através da diversificação da economia rural, freando a regressão geográfica e elevando as

rendas e o bem-estar social dos seus habitantes a níveis mais próximos aos doutras zonas mais desenvolvidas) nom se vai materializar na Galiza tras a aplicaçom dos diferentes PRODER.

Na introduçom apontávamos que se bem a maior parte dos recursos mobilizados procedem da U.E., exige-se um cofinanciamento dos distintos níveis de administraçom do Estado, assim como a participaçom da iniciativa privada. No Gráfico 5 apresentamos a participaçom dos distintos agentes no financiamento dos projectos.

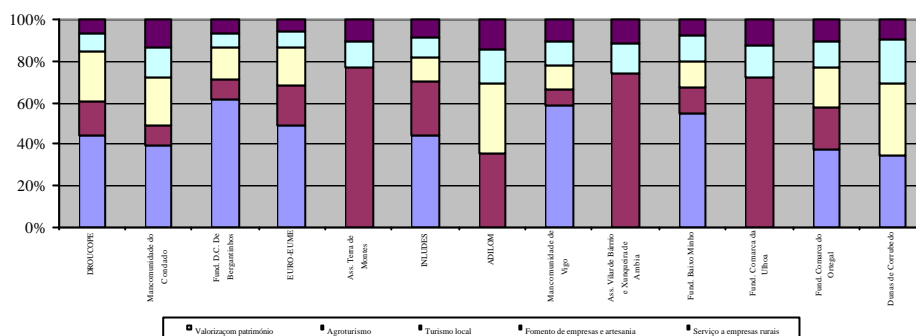
**Gráfico 5: Financiamento dos PRODER**



Umha vez mais, existem fortes discrepâncias entre os treze PRODER. Mais em concreto, quatro rompem esta tónica geral (Associaçom Terra de Montes, Grupo ADILOM, Associaçom D.R. Vilar de Bário e Xunqueira de Ambia e Fundaçom Comarca da Ulhoa), já que nestas áreas a participaçom da U.E. está em torno ao 43% e a do capital privado em torno ao 38%. Curiosamente, nestas zonas, as mais deprimidas, a aportaçom do capital privado é maior. O contrário acontece nos PRODER das zonas periurbanas (DROUCOPE, INLUDES e Mancomunidade de Vigo), onde o financiamento da U.E. supera em todos os casos o 50% do total e em nengum deles o investimento privado supera o 28%. De seguido, ao analisar qual é o destino destes fundos atoparemos elementos que nos permitirám explicar esta questom aparentemente contraditória.

No gráfico 6 podemos comprovar como se realizou a distribuicão dos investimentos em funçom das 5 medidas estabelecidas para o caso dos PRODER galegos. O grosso do investimento concentra-se nas de Agro-Turismo, Turismo Rural e Valorizaçom do Património, que em conjunto absorvem o 79,9% dos fundos disponíveis. Mais, de novo nos atopamos com que as médias a este respeito tampouco som moi representativas, de feito achamos dous tipos distintos de situaçoms: naquelas áreas com menor nível de desenvolvimento (mais alilhadas, com predomínio da actividade primária, com maior nível de envelhecimento e menor dotaçom de infra-estruturas de qualquer tipo) o Agroturismo e o Turismo Local som as medidas que tem um maior peso, representando o 78% dos fundos para a Associaçom Terra de Montes, o 74% para a Associaçom D.R. Vilar de Bário e Xunqueira de Ambia, o 72% para a Fundaçom da comarca da Ulhoa e do 69% para ADILOM. No resto dos PRODER a partida mais importante é de Valorizaçom do património.

Gráfico 6: Gasto por medida



O elevado investimento no turismo realizado nas zonas resulta realmente sorprendente, ao nom ser coerente nem coa estrutura produtiva da zona, centrada no sector primário, nem coa existênciã dumha demanda significativa no sector turístico na maior parte dos casos. Além disso, a experiênciã doutros lugares indica que o desenvolvemento do turismo debe ir parelho à conservaçom do património e ao desenvolvemento de empresas de artesanato, já que os consumidores de turismo rural nom buscam só umha residênciã onde passar uns dias, senom que estãm tamém interessados nas possibilidades de ócio e de comércio associadas à zona.

Também resultam surpreendentes as escasas despesas dedicadas a equipamentos e serviços nestas zonas mais deprimidas, já que semelha que seriam as que poderiam ter um maior impacto sobre o nível de vida da povoaçom destes territórios, máxime quando a fixaçom da povoaçom é aqui umha necessidade. Sem embargo, o maior investimento em equipamentos e serviços realiza-se nas áreas mais desenvolvidas, destacando a Mancomunidade de Vigo com mais do 70% do total do investimento nestas partidas.

As duas medidas restantes: *fomento de empresas e artesanía* e *serviços a empresas* constituem umha parte moi pequena do programa (11,4 e 8,5% respectivamente). Se bem esta última nom pode superar, devido ao próprio desenho do programa, o 15% em nengum caso. Possivelmente, o ser umha medida que começaria a dar os seus resultados no meio prazo junto co facto de ter o programa umha limitaçom de três anos, tem pesado à hora de estabelecer este límite. Ainda que ao nosso modo de ver, está-se a perder umha possibilidade de desenvolvemento do território no meio prazo.

Mais difícil resulta atopar umha explicaçom ao feito de que a medida destinada ao fomento de empresas e artesanía tivesse umha aplicaçom tam escassa. Á vista dos dados de que dispomos -que como já se sinalou nom som tam completos como seria desejavél para umha análise deste tipo- nos atreveriamos a apontar que na sua aplicaçom o Plano PRODER dista moito de ter o carácter ou de acadar os objectivos para os que foi desenhado. Como aconteceu co programa LEADER, o PRODER tem pecado de fazer do turismo a actividade económica por excelênciã a apoiar. O que levou a umha concentraçom excessiva dos fundos nestas medidas, ainda que moitas veces também podamos atopar que Boa parte dos investimentos realizados a través delas tem servido fundamentalmene para a criaçom de pequenas infraestruturas rurais.

Nom podemos rematar esta comunicaçom sem referir-nos ao feito de que na Galiza o Governo autonómico estabelecera que as medidas 1 7 e 8 (associadas as duas últimas ao desenvolvemento do sector

agrário e florestal) não eram de aplicação em nenhum dos territórios PRODER. Isto supõe uma limitação importante da autonomia das áreas beneficiadas com o programa. Máximo se estamos a falar de áreas que em muitos casos possuem uma clara vocação agrícola ou que inclusive estão a desenvolver actividades ganadeiras em condições de chegar a ser competitivas. Apesar da cativa importância deste programa em termos de fundos e de que os seus efeitos também só os podemos situar no âmbito local, não deixamos de considerar este desenho como uma oportunidade perdida em termos de reestruturação do sector agrícola para alguma destas zonas.